Processo: TC 015.319/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Prefeitura Municipal de Teixeira - PB
Responsáveis: Rita Nunes Pereira
Instituto Interset
Filigônio Araújo de Oliveira
Alberto Fernando Moura de Matos

Cuidam os autos de Tomada de Contas Especial resultante da conversão da Representação (TC 010.292/2009-0), em atendimento à determinação contida no Acórdão 1.773/2013-TCU – 1ª Câmara (peça 1, p. 1).

2. A TCE foi instaurada em razão da ausência de comprovação da regularidade da aplicação dos recursos oriundos dos programas do Governo Federal com os objetivos pactuados, em termo de parceria celebrado entre o Município de Teixeira e a Oscip Interset, no exercício de 2006.

3. As citações endereçadas ao Instituto Interset e ao Sr. Filigônio Araújo de Oliveira (Ofícios 0693 e 694/2013-TCU/SECEx-PB – peças 7 e 8) retornaram com a informação de mudou-se e que o “endereço era insuficiente (AR’s peças 10 e 18). Considerando que, em consulta às bases públicas disponíveis neste Tribunal e à lista da companhia telefônica local, não se logrou encontrar novo endereço para ambos (peças 29 e 30), a citação foi procedida mediante edital, com espeque, nos termos do art. 179, inciso III, do Regimento Interno do TCU (Edital 017/2013 de 30/8/2013 – DOU 4/9/2013 – peças 32 e 33).

4. Em atendimento à citação (Ofício 695/2013-TCU/SECEx-PB – peça 9), o Sr. Alberto Fernando Moura de Matos, vice presidente do Instituto Interset à época, encaminhou alegações de defesa à peça 19, com as seguintes considerações:

4.1. Alega, inicialmente que esta Corte de Contas baseou-se em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, no âmbito do processo TC 2434/07, relatando ocorrência de irregularidades na aplicação de verbas federais repassadas ao aludido ente no âmbito do Programa Saúde da Família (PSF) e do Programa de Estruturação da Vigilância Ambiental (PEVA), sem que tivesse ocorrido o efetivo julgamento do relatório preliminar. Além de não conter toda a documentação pertinente ao exercício do direito de ampla defesa do defendente;

4.2. Discorre sobre a criação das Oscips, seu funcionamento e as vantagens de se celebrar termo de parceria em detrimento com convênios, forma de pacto, com regras mais rigorosas pra os setores públicos e privados;

4.3. Menciona sobre Acórdão APL-TC- 1034/08, do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba que indica a transferência de recursos públicos da Prefeitura Municipal de Teixeira-PB para a empresa contratada, Instituto Interset, no total de R\$ 478.674,01, e na prestação de contas, só comprovou a realização de despesas no valor de R\$ 403.950,40, restando, assim, sem a devida comprovação do montante de R\$ 74.723,61, estando agora o TCU intimando o defendente, com

acusação temerária para apresentar pagamento do valor total de R\$ 478.674,01, com acréscimos, mesmo porque, até este Tribunal reconheceu, na peça de representação, que o valor não confirmado era de apenas R\$ 74.723,61;

4.4. Assevera que todos os valores firmados nos termos de parceria foram para a gestão de programas, através de termo de adesão ao serviço voluntariado dos participantes, cujos valores eram pagos através de crédito em conta corrente da Interset no Banco do Brasil, ou em outros casos até mesmo através de cheques nominais que comprovam a aplicação dos recursos, ficando assim para a Interset um percentual de 20% (vinte por cento) para as despesas que constavam nas planilhas de custo que faziam parte dos termos de parceria;

4.5. Informa que desde 31/05/2010, não mais estava vinculado ao Interset, razão pela qual não possui qualquer documento em seu poder para apresentação a esta Corte de Contas da União, estando os mesmos em poder do Sr. Filogônio, em sua residência no Município de Pombos-PE;

4.6. Ademais, deixa claro que jamais teve poderes de decisão nas atividades da Interset, apenas prestava seus serviços profissionais na forma contratada, sendo esta atividade exclusiva de seu verdadeiro dirigente, Sr. Filogônio;

4.7. Destaca a observação desta Corte de Contas em afirmar que houve desvio de dinheiro e atividade irregular pela Interset, com obtenção de lucros, esquecendo que toda OSCIP é criada para parceiras com os órgãos e jamais para ter lucro ou amargurar prejuízos, recebendo os seus colaboradores apenas pela prestação de determinados serviços a devida restituição de despesas, não salário como aduz o relatório e a peça de acusação em diversas etapas. Ademais, deixa assente a impossibilidade de uma OSCIP gerir os valores que lhe são repassados para o desenvolvimento do termo de parceria firmado, sem que tenha despesas com o desenvolvimento desta atividade; e

4.8. Questiona sobre a responsabilidade e culpa presumida, em razão da Constituição brasileira garante a responsabilidade pessoal do agente e a presunção de inocência, assegurando que nenhuma pena passará da pessoa do condenado e que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória (art. 5.º, XLVI e LVII), bem como sobre a ampla defesa e o contraditório e em razão de todos os argumentos aqui declinados, requer que a presente representação não seja acolhida.

5. Em resposta à citação (Ofício 692/2013-TCU/SECEX-PB – peça 6), a Sr. Rita Nunes Pereira, encaminhou alegações de defesa e documentação às peças 20-27, com as considerações nos termos abaixo transcritos:

5.1. Informa que no ano de 2006, mediante autorização de lei municipal, a Prefeitura de Teixeira firmou termo de parceria, com a Oscip denominada Interset, pelo qual repassou os recursos conforme relação de empenhos em anexo (Doc. 01 e 02 – peças 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26 p. 1-81), não havendo qualquer ingerência da responsável na realização das despesas e prestação de contas, cabendo, exclusivamente, à mencionada organização a comprovação das despesas realizadas com os valores recebidos, em razão da mesma ter personalidade jurídica própria pela qual deve prestar contas ao Ministério da Justiça, de acordo com a lei de regência das referidas organizações sociais, bem como do art. 1º da Lei 8.443/92;

5.2. Considera que as despesas referentes às áreas de saúde e educação, objeto da parceria firmada, foram consideradas para efeito do cômputo do percentual aferido, estando acima da exigência constitucional;

5.3. Alega que somente surgiria a responsabilização solidária do gestor municipal e o dever de indenização aos cofres públicos, com imputação de débito, caso fosse comprovado o

locupletamento pessoal das verbas repassadas à Oscip, como não houve, não há como se falar em imputação de débito à mesma por despesas realizadas unicamente pela Oscip e entendidas por essa Colenda Corte de Contas como não comprovadas, em razão da referida documentação está em poder da própria Oscip;

5.4. Ademais, não se pode estabelecer a substituição da titularidade da prestação de contas de uma pessoa jurídica (clausula quinta do Termo de Parceria), que firmou contrato com o poder público para realizar uma atividade social, pela própria pessoa do gestor do município, tanto é que essa Egrégia Corte chamou os responsáveis pelas Oscip's ao processo de tomada de contas especial, imputando-lhes débito;

5.5. Discorre sobre a funcionalidade das Oscip's, suas vantagens, bem como a convergência de interesses de se celebrar termo de parceria, estabelecendo um paralelo da obrigatoriedade da Oscip em prestar contas em comparação com os prefeitos em relação aos convênios com a União;

5.6. Menciona que ao serem constatadas irregularidades pelo órgão técnico do TCE/PB, em face da negativa da OSCIP em prestar contas, acionou judicialmente, de imediato a Interset, por meio de duas ações judiciais que tramitam perante a Comarca de Teixeira-PB. A primeira, ainda no ano de 2009, diz respeito à Ação de Exibição de Documentos (039.2009.000.152-8 - Doc. 04 - peça 26, p. 85-92) visando a obtenção dos documentos mencionados no acórdão para integralizar a prestação de contas e uma Ação de Cobrança (039.2010.001.468-5 - Doc. 05 – peça 26, p. 23-100), objetivando a cobrança dos recursos públicos, não comprovados em prestação de contas pela Oscip, demonstrando assim a sua boa fê. Além disso, rescindiu unilateral o termo de parceria (Doc. 06 – peça 101-114). Aliás, na Ação de Exibição de Documentos obteve provimento liminar judicial para que a entidade fornecesse os documentos da prestação de contas. (Doc. 07 – peça 27, p. 2-4);

5.7. Reitera a impossibilidade de responsabilizar a gestora do município, em razão deste dever caber a Oscip. Ademais, assevera que não sendo comprovado conluio entre a autoridade administrativa que constatou a irregularidade e o agente causador do dano, a responsabilidade da primeira se esgota com a adoção de providências judiciais que visem reparar o prejuízo, como foi o caso em exame; e

5.8. Cita jurisprudência deste Tribunal, no sentido de que estando comprovadas as verbas repassadas, a responsabilidade de demonstrar a regular aplicação cabe à pessoa jurídica que recebeu, acrescentando que o novo entendimento do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, sobre os mesmos fatos apresentados (ausência de documentação) contidos na Prestação de Contas Anual do exercício de 2007 do Município de Patos-PB (Proc. 02250/08 – peça 27, p. 5-16), foi pela responsabilização exclusiva da Oscip Interset.

6. Inicialmente, vale ressaltar que na análise da representação que deu origem a esta tomada de contas especial, nossa proposta, com a anuência do escalão superior era de alinhar-se a posição do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, aceitando as despesas apresentadas pela interset, num total de R\$ 421.237,52, restando um débito de R\$ 100.315,98 (peça 4, p. 43), em razão de mesmo não existindo a vinculação despesa-programa federal, restava evidente que as despesas comprovadas pelo Instituto Interset foram efetivamente realizadas a favor do município, evitando, assim, o enriquecimento sem causa do ente Público.

7. Entretanto, o Exmo. Sr. Ministro-Relator entendeu que as informações obtidas por meio das diligências determinadas não foram satisfatórias e ainda ressaltou pontos abaixo elencados, divergindo da proposta da Unidade Técnica, determinando a conversão dos autos em Tomada de Contas Especial e citação dos responsáveis pela totalidade dos valores geridos (peças 1, p. 75 e 61):

- a) compete ao gestor comprovar a regularidade na aplicação dos recursos públicos, por meio de documentação consistente, que demonstre cabalmente a regularidade dos gastos efetuados com os objetivos pactuados, bem assim o nexo de causalidade entre estes e verbas federais repassadas;
- b) é inadequada a conversão dos autos em tomada de contas especial e a citação dos responsáveis pela diferença entre a receita informada em demonstrativo elaborado pelo Instituto Interset e os valores creditados em seus extratos bancários;
- c) é indevida, também, a distribuição proporcional do débito proposto entre 05 programas custeados com recursos dos Ministérios da Saúde e da Educação; e
- d) segundo instrução, por não se saber a origem dos recursos recebidos pela Oscip e não ter sido fornecida documentação comprobatória da regular aplicação dos recursos federais, caso seja acolhida proposta de conversão dos autos em TCE, a responsável deve ser chamada aos autos para comprovar a aplicação da totalidade dos recursos recebidos.

8. Da análise das defesas apresentadas pelos responsáveis, descritas nos itens 4 e 5 acima, inicialmente vale ressaltar que a informação obtida pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba ocorreu após o julgamento da matéria consoante Acórdão 1.773/2013-TCU – 1ª Câmara (peça 1, p. 1);

8.1. Outro ponto que não encontra guarita refere-se ao alegado cerceamento de defesa, posto que a citação corresponde ao momento do contraditório dos envolvidos;

8.2. Sobre a impossibilidade de uma OSCIP gerir os valores que lhe são repassados para o desenvolvimento do termo de parceria firmado, sem que tenha despesas com o desenvolvimento desta atividade, viu-se que muitas despesas não poderiam ser aceitas, como a remuneração a seus dirigentes, em virtude do item 2.2, do Estatuto da Interset, vigente à época, vedar a remuneração, a qualquer título, dos mesmos. Somente em 25/6/2007, após alteração, com base na Lei 10.637/2007, e com registro no Cartório de Títulos, foi implantado o recebimento de tais valores. Entretanto, como, no caso, as despesas não foram devidamente identificadas, não carece aprofundamento deste ponto;

8.3. Sobre o gestor municipal, tem-se a ressaltar que é de sua responsabilidade a regular aplicação dos recursos públicos e mesmo uma delegação de competência ou desconhecimento dos fatos praticados não são suficientes para isentá-lo da prática de atos ilícitos, pois demonstra que a supervisão das ações delegadas, ocorreu, no mínimo, de maneira temerária e negligente, sem as cautelas mínimas exigidas para a gestão de recursos públicos;

8.4. Ademais, os responsáveis em suas defesas, limitaram-se a apresentar os mesmos fatos já examinados na representação, dando conta da forma de operacionalidade dos termos de parceria e dos respectivos valores despendidos para cada programa num total de R\$ 421.237,52 (peça 26, p. 71-81), subsistindo, porém, a ausência de vinculação mais específica dos gastos efetuados com os objetivos pactuados, que caracterizasse o nexo de causalidade entre estes e verbas federais repassadas, requisito essencial solicitado pelo Exmo. Sr. Ministro Relator, conforme já exposto acima, não sendo acatadas, desta forma as defesas apresentadas.

9. Quanto às citações endereçadas ao Instituto Interset e ao Sr. Filigônio Araújo de Oliveira, as diversas tentativas de citá-los foram infrutíferas, não tendo os responsáveis comparecidos aos autos, operando, portanto, os efeitos da revelia, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Nesse contexto, e após exame de toda a documentação carreada aos autos, não há como se vislumbrar a boa-fé na conduta dos responsáveis. Com efeito, não alcançaram os mesmos o

intento de comprovarem a aplicação de parte dos recursos que lhe foram confiados, restringindo-se a apresentar justificativas improcedentes e incapazes de elidir a irregularidade cometida.

11. Ante todo o exposto, uma vez não configurada a boa-fé dos responsáveis e considerando que as defesas não apresentaram documentação, nos moldes solicitados pelo Ministro Relator, demonstrando o nexo de causalidade da aplicação dos recursos pelo município nos programas em exame, submetemos os autos à consideração superior, propondo:

11.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas “c” e “d”, 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/92, julgar irregulares as contas da Sra. Rita Nunes Pereira (CPF 219.214.074-68) em razão do dano ao Erário decorrente da ausência de comprovação da regularidade da aplicação dos recursos oriundos dos programas do Governo Federal repassados à Intersect, bem assim do nexo de causalidade entre estes e as verbas federais repassadas;

11.2. condenar a Sra. Rita Nunes Pereira (CPF 219.214.074-68), solidariamente com Instituto Intersect (CNPJ 06.191.178/0001-43) e os Srs. Filigônio Araújo de Oliveira (CPF: 244.055.074-49) e Alberto Fernando Moura de Matos (CPF: 054.495.024-00), ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, abatendo-se na oportunidade eventual ressarcimento, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres indicados, nos termos do art. 23, inciso III, alínea “a”, da citada Lei c/c o art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno/TCU:

Quantificação do débito:

a) Cofre para recolhimento: Fundo Nacional de Saúde

Valor Histórico	Data de ocorrência
10/5/2006	57.497,30
1/6/2006	57.617,30
3/7/2006	52.546,32
31/7/2006	60.488,44
1/9/2006	58.525,28
19/5/2006	11.492,40
21/6/2006	11.492,40
28/6/2006	153,93
10/8/2006	9.962,44
20/9/2006	2.077,16
20/9/2006	9.593,96
30/5/2006	4.093,13
10/5/2006	3.995,81
3/7/2006	4.093,13
3/7/2006	3.848,71
6/9/2006	3.848,71

b) Cofre para recolhimento: Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação

Valor Histórico	Data de ocorrência
22/5/2006	2.805,76

30/6/2006	2.925,40
3/7/2006	9.382,14
3/7/2006	2.925,40
31/8/2006	7.544,68
22/5/2006	8.972,34

11.3. Aplicar, individualmente a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92 à Sra. Rita Nunes Pereira (CPF 219.214.074-68), Instituto Intersect (CNPJ 06.191.178/0001-43), Srs. Filigônio Araújo de Oliveira (CPF: 244.055.074-49) e Alberto Fernando Moura de Matos (CPF: 054.495.024-00), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da multa ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente da data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

11.4. com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida as notificações;

11.5. remeter cópia do Acórdão que vier a ser prolatado pelo Tribunal, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do art. 209, § 7º, do Regimento Interno, para ajuizamento das ações cabíveis.

SECEX-PB, 8/11/2013.

(Assinado Eletronicamente)
ANA LÍGIA LINS URQUIZA
AUFC - Matr. 319-0